

AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA INSTITUCIONAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA E EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marta Helena Burity Serpa

Introdução

O problema da violência escolar abrange também a questão da inclusão escolar, visto que, para uma escola acolher todos os alunos, sem nenhuma discriminação, sobretudo aqueles que apresentam alguma deficiência, esta escola precisa se adaptar à diversidade que compreende essa comunidade escolar. E para tanto, é necessário que ela se utilize de novas práticas de ensino e que todos alunos sejam incluídos num processo efetivo de aprendizagem. Esta palestra tem como objetivo relatar a sistematização de um período de observação, entre fevereiro e maio de 2009, durante a realização de meu estágio doutoral na Universidade Paris X, na França. *A escola* observada foi *Marie Curie*, localizada em *Bobigny*, subúrbio de Paris, que utiliza a Pedagogia institucional e que tem alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento em seu corpo discente. A referida pedagogia é de grande contribuição para essas crianças, porque utiliza o direito à palavra e a criação de leis objetivando favorecer a convivência, além de métodos que ressaltam a diversidade e a heterogeneidade na escola. Os alunos que apresentam alguma deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, são beneficiados com essa pedagogia uma vez que avançam na aprendizagem e comportamento e têm as suas diferenças respeitadas, ou seja, eles estão de fato e de direito, inclusos no ambiente escolar.

Segundo Martins (2009, p. 1), “no modelo inclusivo o ensino é orientado para o aluno e a classe regular é um ambiente onde a heterogeneidade e a diversidade deve ser levada em consideração”. A discussão e a efetivação de práticas que contemplem a inclusão escolar se encontram em andamento no Brasil; a busca é por uma escola que acolha todos os estudantes sem distinção, oferecendo um ensino de qualidade sem discriminação, com que todos os alunos – entre os quais aqueles que apresentam

qualquer tipo de deficiência – tornem-se sujeitos de aprendizagem. Para isso, torna-se imprescindível o respaldo de novas pedagogias, sobretudo as que valorizam a diversidade e a heterogeneidade e reconhecem a importância do respeito às diferenças no meio escolar, conforme a teoria da Pedagogia institucional.

Os fundamentos da Pedagogia Institucional

De acordo com Pain (2007), a Pedagogia Institucional foi criada há sessenta anos, por Fernand Oury, com o respaldo da pedagogia de Celestin Freinet, que defendia a construção dos próprios conhecimentos por parte dos alunos.

A definição da Pedagogia Institucional, publicada em 1967 no livro *Vers une pédagogie institutionnelle?* [Por uma Pedagogia Institucional?], escrito por Fernand Oury e Aïda Vasquez, e citada por Héveline e Robbes (2009, p. 20) continua uma referência.

A Pedagogia Institucional é um conjunto de técnicas, de organizações, de métodos, de trabalho, de instituições internas nascidos da práxis das salas de aula orientadas por uma pedagogia ativa. Ela põe adultos e crianças em situações novas e variadas, que requerem de cada um engajamento pessoal, iniciativa, ação, continuidade.

Os conceitos fundadores da Pedagogia Institucional podem ser resumidos no seguinte tripé: as técnicas, o grupo e o inconsciente, caracterizados brevemente por Héveline e Robbes (2009, p. 31-2).

Existem em uma sala de aula institucionalizada três elementos indissociavelmente ligados, que trazem equilíbrio: as técnicas, o grupo e o inconsciente. As Técnicas: o fundamento de Freinet é sobretudo técnico. Atualizando instrumentos adaptados (imprensa, fichas documentos etc.), o fundador das Cooperativas de Escolas Modernas tornou possível a prática de uma pedagogia ativa e mostrou a importância dos materiais pedagógicos. É uma pedagogia materialista (Marx), no sentido de que o/a/aluno/a apropria-se de um instrumento de produção concreto,

controla o produto de seu trabalho e participa na organização social de sua produção. O Grupo: considerando os aportes psicossociológicos norte-americanos (como o sociodrama de Lewin e o psicodrama de Moreno), a pedagogia institucional afirma que há no grupo-turma fenômenos dinâmicos não redutíveis à soma de indivíduos que o compõe. São processos que constituem lideranças, tomadas de poder [...] o sociograma-*express* permite constituir equipes cooperadoras, viáveis e benéficas [...] O inconsciente: ainda que o/a professor/a não entenda tudo, mesmo que não interprete (pois não é psicanalista!), ele acolhe a pessoa do/a aluno/a na sua globalidade, arranjando lugares de expressão (texto e desenhos livres), de fala (“o que há de novo?”, “Isso está bem, aquilo não está”, conselho) e permitindo ao sujeito que exista de modo inteiramente autônomo na sala de aula.

Os princípios fundamentais da Pedagogia Institucional, são os seguintes elementos: a linguagem, a lei, o lugar e os limites. Conforme Pain (2003):

- 1) O lugar é o espaço reconhecido a cada um, com sua identidade;
- 2) A lei implica a possibilidade de aprender e viver dentro das regras de convivência, superando o caos e compartilhando experiências;
- 3) O limite significa que cada qual tem o seu espaço e aprende a respeitar o espaço do outro; e por fim,
- 4) A linguagem, pela qual todos têm direito à palavra e a participar das decisões.

Compreende-se, portanto, que os méritos da referida pedagogia sejam de ordem cognitiva e comportamental: cognitiva, no que concerne aos alunos serem desafiados a aprender num contexto de cooperação, sem coerção; comportamental, visto que esses discentes aprendem a viver num contexto de respeito mútuo, que previne contra a violência e discriminações.

Por todos esses motivos, tais princípios fundamentais são indispensáveis no combate ao preconceito no âmbito escolar, sobretudo quando se trata de estudantes com

alguma necessidade especial. Pois certamente é mais fácil que as deficiências sejam entendidas como expressão de diferenças e que essas diferenças sejam respeitadas. Isso, segundo Pain (2003), pode dar-se numa classe orientada pela Pedagogia Institucional, porque ela se torna um lugar vivo. O professor deve saber utilizar as riquezas do meio para ensinar a ler, escrever e contar; isso é condição necessária para quem pretende ensinar.

A reunião do Conselho de Classe

O conselho é a reunião mais importante da classe institucionalizada, visto que nele são tomadas as decisões pelos integrantes da turma. Nele são discutidos problemas, conflitos, mas também progressos e propostas; nele também é decidido o modo de organização do trabalho [...]. É a instituição mais difícil de implantar, pois existe certo tempo de prática. O conselho de classe geralmente ocorre uma vez por semana e dura (de acordo com a idade dos alunos) de 30 minutos a uma hora). É preferível que esse horário seja fixo, pois essa instituição em geral serve como referência para os alunos, imprimindo-lhes marcas (HÉVELINE; ROBBES, 2009, p. 67-8).

Ora, um dos avanços da Pedagogia Institucional é o sistema de faixas, utilizado para tratar as diferenças em sala de aula. Fernand Oury, baseando-se em sua experiência de judoca, concluiu que havia, num mesmo lugar (a sala de aula), pessoas fazendo coisas diferentes, sendo cada nível de competência ou habilidade marcado por uma faixa de cor diferente. As faixas coloridas – que no judô são visíveis sobre o quimono e na sala de aula passam a ser simbolicamente atribuídas a cada aluno, como um título – apontam o nível de desenvolvimento de cada um, situam cada qual no grupo e mostram o caminho para que supere o nível em que se encontra (trocando, assim, de faixa). Oury, ao adotar para a sala de aula esse sistema classificatório, facilitou a indicação do nível de desenvolvimento de cada aluno, os níveis subsequentes e suas respectivas tarefas,

valorizando assim o ritmo de cada aluno e motivando-o a avançar, através de uma pedagogia diferenciada (Wikipédia, 2008).

Com relação às faixas, Héveline e Robbes (2009, p. 73) acrescentam que, “para pôr em prática uma escola inclusiva, é preciso convencer-se de que a classe homogênea e o aluno modelo não existem. Os alunos, todos são de níveis diferentes”. Portanto, as faixas coloridas de progressão são atribuídas a cada matéria, de acordo com o nível de aprendizagem, com o objetivo de possibilitar ao professor avaliar os níveis de competência dos estudantes e para que os alunos e seus pais examinem o que já foi adquirido ou não.

Batizada em homenagem a Marie Curie, a escola observada, da rede pública de ensino, localizava-se em Bobigny, subúrbio de Paris. Esse espaço educacional agregava alunos no nível de ensino equivalente à primeira fase do Ensino Fundamental nas escolas brasileiras. Os alunos, em sua maioria, eram imigrantes africanos, asiáticos, árabes, europeus. A unidade de ensino era considerada violenta e, no entanto, tida como referência, pela utilização do Método Freinet e da Pedagogia Institucional. Era supervisionada pela equipe do setor Crise, École et Terrains Sensibles, da Universidade de Paris X.

Em cartazes dispostos nas salas de aula da Marie Curie, adotava-se esse sistema de faixas, descritas com as seguintes faixas de comportamento e suas respectivas atribuições e direitos, em ordem crescente de complexidade:

FAIXAS	O QUE EU DEVO...	A QUE EU TENHO DIREITO...
BRANCO	Vir para a escola	<ul style="list-style-type: none">- Participar da vida da classe- Circular na classe com autorização do professor ou da professora- Dar sua opinião nas reuniões
AMARELO	<ul style="list-style-type: none">- Chegar à escola na hora- Voltar para sala calmamente- Ir para os toaletes calmamente- Respeitar o material da escola- Tentar respeitar as leis e as regras- Tentar trabalhar	Além dos direitos precedentes: <ul style="list-style-type: none">- Circular na sala- Ter uma função- Aprender a presidir a reunião- Exercer as funções da faixa amarela
LARANJA	Além dos deveres precedentes: <ul style="list-style-type: none">- Trabalhar- Tentar trabalhar sem incomodar- Computar as decisões do conselho- Tentar resolver um conflito pelo diálogo ou por uma crítica ao conselho- Subir e descer as escadas tranquilamente- Tentar ajudar um colega- Respeitar qualquer regra	Além dos direitos precedentes: <ul style="list-style-type: none">- Descer e subir sozinho as escadas para o pátio do recreio e a recepção da escola, durante a manhã- Presidir a reunião- Exercer as tarefas da faixa laranja

Quadro 1 – AS FAIXAS DE COMPORTAMENTO¹

¹ Tradução de Marta Helena Burity Serpa.

FAIXAS	O QUE EU DEVO...	A QUE EU TENHO DIREITO...
VERDE	Além dos deveres precedentes: <ul style="list-style-type: none">- Trabalhar sozinho, sem incomodar- Respeitar as Leis da Escola e as regras da classe- Resolver meus conflitos calmamente- Ajudar um colega	Além dos direitos precedentes: <ul style="list-style-type: none">- Circular apenas na escola- Ficar na sala durante a recreação- Participar dos grupos de trabalho autônomo (fora da classe) com um colega de faixa azul- Aprender a presidir um conselho- Exercer as tarefas da faixa verde
AZUL	Além dos deveres precedentes: <ul style="list-style-type: none">- Saber trabalhar em grupo sem incomodar	Além dos direitos precedentes: <ul style="list-style-type: none">- Presidir o conselho- Coordenar os grupos de trabalho autônomo (fora da classe) com o aval do professor- Gerenciar a cooperativa de classe- Exercer as tarefas da faixa azul
MARROM	<ul style="list-style-type: none">- SER um jovem cidadão ativo e responsável	Além dos direitos precedentes: <ul style="list-style-type: none">- Dirigir qualquer grupo de trabalho autônomo (fora da classe)- Exercer as tarefas da faixa marrom[

Quadro 1 – AS FAIXAS DE COMPORTAMENTO

Na Pedagogia Institucional, o sistema de faixas pode ser utilizado também para incentivar a aprendizagem, mas, na Marie Curie, era usado exclusivamente para ensinar as crianças a se comportarem, conforme ilustra o relato abaixo.

Com relação à faixa por comportamento, Héveline e Robbes (2009, p. 76) salientam que “a faixa colorida de comportamento não aprisiona a criança num padrão

definitivo. Ela abre, ao contrário, a possibilidade de uma conquista progressiva da liberdade e da responsabilidade”.

Nesse sentido, com base na Pedagogia Institucional, a escola tinha as seguintes leis:

As leis da turma e da escola

1- Ninguém tem o direito de ser violento fisicamente, porque isso põe em perigo os outros. Todo mundo tem o direito a viver em segurança.
2- Ninguém tem o direito de ser violento moral ou verbalmente, de ameaçar ou chantagear, porque isso provoca sofrimento. Ninguém tem o direito de insultar ou humilhar, particularmente por conta das origens sociais, familiares étnicas, ou por pertencer a uma religião ou a uma cultura, pois cada pessoa tem direito ao respeito.
3- Ninguém tem o direito de roubar, porque todos necessitam ter e merecer confiança.
4- Ninguém tem o direito de vingar-se. A justiça passa pela discussão e a decisão justa deve apaziguar os conflitos.
5- Ninguém tem o direito de quebrar, estragar ou sujar voluntariamente o material, a sala ou a escola, porque todas as crianças têm direito a uma escola limpa e em bom estado.
6- Para circular, livremente, todos devem deslocar-se com calma, para evitar confusão, choques e quedas.
7- Como a República Francesa, a escola é laica. Os alunos, professores, técnicos e funcionários não têm o direito de exhibir ou promover sua religião, pois devemos viver todos juntos, com nossas diferenças.

Quadro 2 – AS LEIS DA TURMA E DA ESCOLA

Em sua visita à Marie Curie, Carvalho (2009, p. 113) também registrou essas leis da escola acima citadas.

A reunião sempre começava com a pergunta: “tudo está bem com relação à escola?”. Este segundo momento da reunião, o primeiro após o silêncio, é compreendido como um dos “lugares de fala”:

“Isto está bem, aquilo não está!” – este lugar de fala permite terminar ou começar uma atividade ou um dia escolar exprimindo seu ressentimento. O presidente abre o momento, em seguida promove uma rodada de fala, em que cada um expressa suas ideias, emoções e juízos brevemente [...]. Durante esse instante fala-se sozinho e ninguém pode intervir na palavra do outro (Héveline; Robbes, 2009, p. 67).

Com um espaço destinado às falas, os alunos com ou sem deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento, podiam exprimir seus sentimentos, sobretudo com relação aos ressentimentos por eventos cotidianos, a exemplo de atos como Bullying. Segundo Lisboa; Campos e Dias (2011, pg.250) “ é caracterizado como uma agressão que ocorre de forma sistemática, protagonizada por um ou mais agressores que expõe a vítima, implicando abuso de poder sobre a mesma.” O referido espaço era favorável também para as testemunhas se posicionarem em defesa do colega agredido, Uma vez que,

As testemunhas do bullying apresentam muita dificuldade de se posicionar e de defender um colega de sala de aula que seja alvo das agressões. Esse silêncio ajuda os bullies na manutenção de comportamentos hostis contra as vítimas. Na mente dos agressores o comportamento passivo das testemunhas é encarado como legitimação às agressões, pois nada fazem para impedi-las, enquanto para as vítimas essa passividade é entendida como: “Ninguém me ajuda, estão todos contra mim.” (Teixeira, 2011, p.38 e 39)

Este momento das falas também favoreciam aos momentos de felicitações, ou seja, os colegas parabenizavam uns aos outros quando estes os ajudavam de alguma forma no decorrer das aulas ou recreações.

Os citados momentos de críticas e felicitações eram registrados durante a semana pelos próprios alunos e levados às reuniões do conselho para serem discutidos no grupo e, conseqüentemente, havia depois as trocas das faixas.

Sendo assim, os alunos tinham no âmbito escolar um momento para serem ouvidos e não precisavam revidar com outras agressões, e os agressores, por sua vez, tinham a oportunidade de vivenciar a rejeição do grupo pelos seus atos, favorecendo assim o clima social escolar para todos os alunos e conseqüentemente a sua aprendizagem.

Considerações finais

As características e os princípios da Pedagogia Institucional, explicados pelas observações feitas na Marie Curie, demonstram por que essa teoria é tão importante na atualidade: sua aplicação favorece a aprendizagem de todos os estudantes, por supor, no centro da subjetividade, uma identidade que faz de cada um único e, portanto, diverso – mas, ao mesmo tempo, tão igual nessa diversidade!

A Pedagogia Institucional contribui para o convívio harmônico com a diversidade através das faixas de comportamento e das leis da escola, fazendo com que os alunos, através da reunião do Conselho, tenham o direito de expor e de escutar as falas dos colegas, para a resolução de conflitos do cotidiano.

A título de conclusão, vale insistir: a Pedagogia Institucional surge como um exemplo de educação que respeita o desenvolvimento e as diferenças de cada criança, favorecendo a sua aprendizagem; preocupa-se com o aspecto emocional dos envolvidos, na medida em que dá o direito de falar e de ser escutado a cada um/a; desperta o sentimento de responsabilidade, justiça e solidariedade dos alunos; aceita qualquer aluno sem discriminação; ensina regras e limites sem autoritarismo; combate a violência e exclusões.

A partir dos preceitos preestabelecidos pela Pedagogia Institucional e/ou pela prática dos profissionais que nela acreditam e a experienciam, a inclusão necessária neste contexto atual de globalização existe, enfatizando o histórico de rejeições e preconceitos que cercam os alunos com alguma deficiência na escola.

Pode-se concluir que essa é uma pedagogia para todos, visto que, no espaço em que ela se desenvolve, reconhece-se a diversidade e respeita-se a heterogeneidade, acarretando, portanto, respostas educativas de qualidade, numa caminhada em direção à inclusão escolar.

Referências

Carvalho, M. E. P. (2009). Pedagogia Institucional: uma proposta desejável e viável para ensinar e aprender. In: Andrade, F. C. B.; Carvalho, M. E. P. [et al.]. (Orgs.), *Instituir para ensinar e aprender: Introdução a Pedagogia Institucional*. (pp. 111-122). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.

Héveline, E. & Robbes, B. (2009). Praticando a Pedagogia Institucional. In: Andrade, F. C. B.; Carvalho, M. E. P. [et al.]. (Orgs.), *Instituir para ensinar e aprender: Introdução a Pedagogia Institucional*. (pp. 19-108). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.

Lisboa, C.; Campos, D. M.; Dias, T. O. (2011). Os Desafios no Cotidiano da Escola: violência, clima social escolar e Bullying. In: Guzzo, R. S. L.; Marinho-Araújo, C. M (Orgs.), *Psicologia Escolar: Identificando e Superando barreiras*. Campinas: Editora Alínea.

Martins, L. A. (2009). Formação inicial de docentes para atuação com a diversidade dos alunos: A visão dos licenciados. *Anais da V semana Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Formação de professores em foco*. São Paulo. 26 a 28 de agosto de 2009.

Pain, J. (2003). L'institution de la Parole. De la construction de la parole à la pédagogie institutionnelle. In _____. *Penser la pédagogie*. (pp.121-126). Vigneux: Matrice.

Pain, J. Célestin Freinet. *Encyclopaedia Universalis*. Disponível em <http://www.universalis.fr/encyclopedie/fernand-oury/> Acesso em 05 de abril de 2007.

Teixeira, G. (2011). *Manual antibullying: para alunos, pais e professores*. Rio de Janeiro: Editora BestSeller.

Wikipedia. (s.d.). Fernand Oury. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernand_Oury. Acesso em 2 de abril de 2008.